

Aos Trabalhadores do Hospital de Cascais

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Saúde
Deputado José de Matos Rosa

Avançar é preciso!

Andar para trás não

O PCP e a CDU têm acompanhado a situação dos trabalhadores do Hospital de Cascais que além de sentirem na pele o desinvestimento crónico e o ataque que, ao longo dos anos e de vários governos, foi alvo do Serviço Nacional de Saúde (SNS) – falta de pessoal e condições de trabalho, uma subvalorização dos seus profissionais e o congelamento das suas carreiras – sofrem, também, as consequências de trabalharem sob a alçada de uma administração privada, através de uma PPP com o grupo Lusíadas Saúde, que tem como prioridade o lucro e o negócio da doença a não o direito à saúde e à prestação de cuidados de saúde.

O PCP e a CDU têm tido uma presença assídua junto dos trabalhadores deste Hospital contactando regularmente estes profissionais, realizando comunicados e documentos sobre os seus problemas e reivindicações, havendo habitualmente notícias sobre o Hospital no boletim do sector de empresas de Cascais do PCP, e distribuindo informação sobre as propostas e iniciativas do PCP.

Assunto: Audição de várias entidades a propósito da reportagem sobre a PPP de Cascais

Ontem, dia 13 de maio, o jornal da Noite da SIC exibiu uma reportagem sobre a PPP de Cascais, na qual ex-trabalhadores e atuais acusam a administração de "falsar resultados clínicos e algoritmos do sistema de triagem da urgência" com o objetivo de cobrar mais ao Estado e, consequentemente, aumentar as suas receitas.

Na reportagem é também referido que os enfermeiros, profissionais responsáveis pela triagem, eram impedidos a alterar os sintomas, nomeadamente, aliviar os para ao invés de atribuir uma pulseira amarela ao utente receber uma pulseira verde e assim evitar penalizações por ultrapassar os tempos máximos de resposta.

A peça dá ainda outro exemplo de alterações produzidas nos ficheiros dos utentes, acrescentando informação sobre dados clínicos, de modo a haver um agravamento dos casos e, por consequente, aumentar o financiamento do hospital.

Os exemplos acima descritos são bem reveladores de como são os interesses económicos e não os interesses e direitos dos utentes que orientam a PPP na saúde. Aliás, põem em evidência o que há muito o PCP tem vindo a dizer, o que orienta os grandes grupos económicos que operam na saúde é o o direito à saúde, mas sim o negócio da doença e o lucro.

Os dados agora conhecidos são de extrema gravidade e exigem respostas concretas e urgentes sobre as medidas que vão ser tomadas para impedir que tais práticas prossigam.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PCP entende que várias entidades devem vir à Assembleia da República prestar esclarecimentos sobre as informações graves agora conhecidas e das medidas a tomar para que as mesmas terminem, pelo que requer a audição, com carácter de urgência, das seguintes instituições: Administração Regional de Saúde; Tribunal de Contas; Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e da Ministra da Saúde.

Por uma gestão pública no Hospital de Cascais

A problemática da entrega da gestão dos hospitais públicos a privados é complexa, desde a primeira hora, pelos trabalhadores do Hospital de Cascais. Desde o início da gestão privada, os trabalhadores têm vindo a sofrer com a falta de recursos humanos, materiais e financeiros, o que tem vindo a afectar a qualidade dos cuidados de saúde. A gestão privada tem vindo a afectar a qualidade dos cuidados de saúde, a nível da gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, o que tem vindo a afectar a qualidade dos cuidados de saúde.

profissionais com carreiras e remunerações adequadas de forma a incentivar a trabalhar o regime de trabalho a tempo completo e a dedicar mais tempo ao SNS. 7 - Retire o poder de nomeação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde da administração pública e transfira-o para a administração pública. 8 - Retire o poder de nomeação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde da administração pública e transfira-o para a administração pública.

in «UNIDADE» Boletim do Sector de Empresas de Cascais do PCP, Maio de 2018

PCP Interrogou governo sobre desrespeito pelos direitos dos trabalhadores do Hospital de Cascais

No passado dia 23 de Abril, o PCP esteve em contacto com os trabalhadores do Hospital de Cascais, com a deputada Rita Reis, onde fez a conhecer as perguntas colocadas ao governo sobre os problemas que afectam estes profissionais de saúde.

Do longo dos anos tem sido recorrente e severa a situação dos trabalhadores do Hospital de Cascais, com a falta de recursos humanos, materiais e financeiros, o que tem vindo a afectar a qualidade dos cuidados de saúde. A gestão privada tem vindo a afectar a qualidade dos cuidados de saúde, a nível da gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, o que tem vindo a afectar a qualidade dos cuidados de saúde.

estudial, institucionalmente consagrada, através, entre outras, da liberdade de acção dentro do hospital. O PCP entende que é urgente garantir o respeito pelos direitos dos trabalhadores desta unidade de saúde, pelo que devem ser tomadas todas as medidas previstas na lei para tal objectivo, nomeadamente acção inspectiva da Autoridade para as Condições de Trabalho.

Para além destas matérias, tem-se de tentar de forma a garantir a qualidade dos cuidados de saúde.

Falta de pessoal no CMRA

O Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (CMRA) continua a praticar uma política de "serviços mínimos", fechando os olhos às reais necessidades dos utentes e sobrecarregando, até à exaustão, os seus trabalhadores. Há uma carência generalizada de profissionais de saúde, desde médicos a enfermeiros, de terapeutas a auxiliares. A título de exemplo, diga-se que, em vários meses, alguns quartos estiveram encerrados por falta de médicos.

Essa falta de auxiliares é tão escandalosa que não é estar apenas dois auxiliares para cuidar de 80 utentes. Uma instituição que tem a excelência não pode compactuar com este desrespeito pelos seus profissionais de saúde. Um outro problema dos auxiliares é a discriminação salarial. Após as lutas levadas a cabo, nos últimos anos, a Santa Misericórdia de Lisboa decidiu atualizar o mínimo na instituição para os 600€, o que é dois escalões de rendimentos da carreira de nível 1 e 2) que ficaram com o mesmo remuneração apenas 0,74€ de diferença para o nível 3. salários, as discriminações salariais, a falta de todos os problemas que afectam os trabalhadores Casa só encontraram resposta na luta a, e o 1º de Maio é um excelente dia para resolver os problemas dos trabalhadores.

in «UNIDADE» Boletim do Sector de Empresas de Cascais do PCP, Abril de 2018

Repressão e precariedade no Hospital de Cascais

A administração do Hospital de Cascais, uma P, realizado fortes acções repressivas sobre os trabalhadores, recorrendo a ameaças de despedimento e usar exercer o seu direito à greve.

Uma grave violação da lei, a que se junta o recurso ilícito aos recibos verdes para preencher posto de trabalho permanentes.

As consequências da entrega da gestão do Hospital de Cascais a privados têm demonstrado ser nefastas para os trabalhadores e utentes. É urgente uma gestão pública que respeite os trabalhadores e os seus direitos e elimine a precariedade.

in «UNIDADE» Boletim do Sector de Empresas de Cascais do PCP, Novembro de 2017

Impõe-se acabar com a PPP do Hospital de Cascais

O governo PS resolveu prorrogar o contrato de parceria público-privada (PPP) com o Grupo Lusíadas Saúde, por mais dois anos, quando tinha a oportunidade perfeita para reverter para o Estado a gestão deste hospital.



Este tipo de parceria tem sido, até agora, um nega-bom de dinheiro público que apenas garante rendimentos aos grupos privados à custa do sistema público, dos direitos dos trabalhadores e do serviço prestado às populações, quando temos quadros altamente qualificados na administração pública para assumir a responsabilidade destes hospitais, com menos encargos e mais qualidade na prestação de serviços.

Os estudos e pareceres relativos à PPP na saúde mostram a sua falta de eficácia e a necessidade de se fazer sobre a gestão privada na saúde. Esta é a realidade da prestação da saúde por via das PPP, escondendo a privatização da saúde por via das PPP, escondendo a privatização da saúde por via das PPP, escondendo a privatização da saúde por via das PPP.

Os trabalhadores do Hospital de Cascais conhecem bem esta realidade e que, apesar da pressão, os ataques de desmoralização, o desrespeito constante e as faltas de material que põem ao ridículo qualquer estado que se faça sobre a gestão privada na saúde. Esta é a realidade da prestação da saúde por via das PPP, escondendo a privatização da saúde por via das PPP, escondendo a privatização da saúde por via das PPP.

Os trabalhadores do Hospital de Cascais conhecem bem esta realidade e que, apesar da pressão, os ataques de desmoralização, o desrespeito constante e as faltas de material que põem ao ridículo qualquer estado que se faça sobre a gestão privada na saúde. Esta é a realidade da prestação da saúde por via das PPP, escondendo a privatização da saúde por via das PPP, escondendo a privatização da saúde por via das PPP.

in «UNIDADE» Boletim do Sector de Empresas de Cascais do PCP, Novembro de 2017

Os nossos eleitos estão, também eles, presentes junto dos trabalhadores como foi o caso da deputada da Assembleia da República, Rita Rato, que contactou os trabalhadores do Hospital de Cascais a 23 de Abril de 2018, juntamente com o vereador do PCP na Câmara de Cascais, Clemente Alves, que em diversas ocasiões esteve em iniciativas do PCP neste Hospital.

A nível institucional, os seus eleitos na Assembleia da República (AR) intervieram diversas vezes em defesa do SNS e dos profissionais de saúde do Hospital de Cascais, como foi o caso das perguntas nº1931/XIII e nº1932/XIII, sobre o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores do Hospital de Cascais, que curiosamente obtiveram respostas contraditórias, na medida em que o Ministério da Saúde afirma não haver problemas com os trabalhadores do Hospital de Cascais - com base na ausência de queixas recebidas pela Equipa de Gestão designada pela Entidade Pública Contratante e pelos resultados dos inquéritos de Motivação e Satisfação realizados aos Profissionais nos anos de 2015, 2016 e 2017 - e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social apontando que a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) havia encontrado inúmeras irregularidades e levantado diversos processos de contra-ordenação, os quais foram arquivados por pagamento. Isto é, para o Governo está tudo bem desde que a gestão privada pague as multas das contra-ordenações levantadas pelas irregularidades e ataques contra à lei, o SNS e os seus trabalhadores.

Na AR apresentámos, também, a nossa proposta de Lei de Bases para a Saúde e exigimos a audição da Inspecção Geral de Actividades em Saúde, do Tribunal de Contas, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e da Ministra da Saúde a propósito das notícias vindas a público, no passado dia 13 de Maio, sobre a PPP do Hospital de Cascais.

O PCP e a CDU apelam aos trabalhadores do Hospital de Cascais que continuem e intensifiquem a sua luta por melhores condições de trabalho, pela justa valorização profissional, pelo fim da Parceria Público-Privada do Hospital de Cascais e por um Serviço Nacional de Saúde público, universal, gratuito e de qualidade. A **Manifestação Nacional convocada pela CGTP-IN para o próximo dia 10 de Julho, em Lisboa**, é uma oportunidade para os trabalhadores do Hospital de Cascais demonstrarem o seu descontentamento e exigirem as suas justas reivindicações junto do Governo.

